

EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL, AVANÇO DO CONSERVADORISMO E REDUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS: A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM ANÁLISE

AT TIMES OF STRUCTURAL CRISIS, THE CONSERVATIVE GOVERNMENT ADVANCING AND REDUCTION OF THE SOCIAL RIGHTS: THE SOCIAL GRADUATION IN ANALYSIS

Hellen Bastos Gomes¹
Márcia Irene Andrade Mavignier²
Marilaine Queiroz de Oliveira³
Gladson Rosas Hauradou⁴

Resumo: Aborda-se a formação em Serviço Social a partir de um recorte: cinco Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas de 2015. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema e da análise documental dos trabalhos supracitados, infere-se que a formação ofertada reflete, em certa medida, o que preconiza a ABEPSS, em que pese o crescimento acelerado do ensino superior, com tendência à fragilização na formação.

Palavras-chave: Formação em Serviço Social. Educação superior. Crises do capital. Crise sanitária.

Abstract: This work address the Social Work education through a specific lens: five final course projects made by students from the Federal University of Amazonas from 2015. Based on a literature review about the subject and a documentary analysis of the mentioned works, it can be inferred that the education offered reflects, to a certain extent, the ABEPSS recommendations, despite the fast-paced growth of higher education, which tends to weaken the quality of teaching.

Keywords: Social Work Education. Higher Education. Capital Crises. Sanitary Crisis.

¹ Graduada em Serviço Social (UFAM). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). Doutora em Educação (UFAM). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: hellenbastos@ufam.edu.br

² Graduada em Serviço Social (UFAM). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). Doutora em Educação (UFAM). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: marciamavignier01@gmail.com

³ Assistente Social (UNINILTONLINS) e Psicóloga (ESTÁCIO). Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Pós-Graduada em Gerontologia Social e Docência do Ensino Superior. Técnica Analista (Bolsista) do Departamento de Operação de Fomento na Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPEAM. E-mail: mariqueiroz15@gmail.com

⁴ Trabalhador/Docente do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduado em Serviço Social (UNINILTONLINS). Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Doutorado em Serviço Social (UFAM). E-mail: gladson@ufam.edu.br



UM BOM COMEÇO...

Os assistentes sociais brasileiros vêm contradizendo a naturalização da ordem do capital nesses tempos de aridez de projetos de futuro, afirmando a radicalidade da aposta humana na construção da história.

Iamamoto (2014, p. 609).

Todo começo requer um relembrar, um reviver. Este artigo retrata frutos de lembranças vivas da docência em Serviço Social e problematiza a formação profissional a partir de cinco Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) defendidos em 2015. Os trabalhos apresentados são parte obrigatória para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A partir dos referidos TCC objetiva-se realizar uma análise aproximativa acerca da seguinte questão: a formação ofertada se afasta ou se aproxima do que preconiza o Projeto Ético-Político Profissional – PEP do Serviço Social na atualidade?

Salienta-se que o PEP se sustenta nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996)⁵, na Lei de Regulamentação do Serviço Social (1993) e no Código de Ética Profissional (1993), além de todo um conjunto de normativas que a profissão vem, de forma competente e corajosa, construindo ao longo de todo um processo de maturação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política em mais de 30 anos, uma vez que uma profissão se constrói e se reconstrói a partir de movimentos endógenos e exógenos. O que se objetiva em tornar esse processo de construção e reconstrução um ato contínuo é a defesa de uma formação crítica, rigorosa e de qualidade em tempos em que o conservadorismo e a barbárie teimam em tomar conta da história.

Ainda é prudente demarcar que o Serviço Social defendido revela todo o potencial de trabalho em direção à superação das contradições inerentes da sociedade do capital na vida dos sujeitos que vivenciam cotidianamente as mais diversas expressões da questão social.

⁵Neste ponto da escrita é salutar destacar que quando nos referimos a essas diretrizes, somos cientes de que “as atuais diretrizes curriculares — propostas inicialmente pela Abess em 1996 e revistas em 1999 —, têm no currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982, seu antecedente mais importante” (Iamamoto, 2014, p.614).



Assim, defende-se que o assistente social seja um profissional especializado dotado de um saber, de um conhecimento teórico, metodológico, técnico, operativo, ético e político. Para tanto, urge que se oferte e se defenda uma formação densa, consubstanciada e rigorosa, com vistas a propiciar a formação de um perfil profissional necessário para desenvolver um trabalho que, mesmo com limitações, seja repleto de possibilidades.

Demarcado o que nos move, falemos sobre o território onde foram defendidos os cinco TCC. O curso de Serviço Social da UFAM, inserido no espaço geográfico do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), atual Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), é proveniente do legado da Escola de Serviço Social André Araújo, instalada no Círculo Operário de Manaus, AM, em 16 de novembro de 1940, porém sua oficialização foi em 1941, sendo portanto a 7ª Escola de Serviço Social do Brasil, a qual, após 26 anos de funcionamento, foi incorporada à Universidade do Amazonas, pela Resolução nº 02/68, fevereiro de 1968. (Andrade et al.2023). A partir do momento que o curso de Serviço Social integra a estrutura da Universidade, adquire mais visibilidade, pois passa a estabelecer diálogos interdisciplinares como os outros cursos de graduação já existentes na UFAM.

O IFCHS possui também um programa de Pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado, intitulado Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). Inicialmente tinha-se o curso vespertino, todavia, com a adesão da UFAM ao Programa de Apoio os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI⁶, pacto formalizado entre governo, instituições de ensino e sociedade, com vistas à elevação dos níveis de acesso e permanência no ensino superior), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, inicia-se o curso noturno de Serviço Social. De acordo com Saboia, (2015, p. 70), “a adesão da UFAM ao REUNI ocorreu no Edital da primeira chamada: 29/10/2007 para implantação do programa no 1º semestre 2008” (2015, p.70).

⁶O REUNI também elencou como principais metas: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007 – ano de início do Programa – para o cumprimento das metas (Brasil, 2009, p. 3).



Inúmeros questionamentos a favor ou contra o REUNI permeiam a literatura crítica contemporânea, uma vez que ele é um elemento fundamental no processo de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro.

Entendendo a história como processo e causalidade, a partir do ano de 2016 imensos desafios se colocaram na cena contemporânea, quando inflexões na política pública de educação superior causaram o congelamento de gastos sociais até a redução da expansão da educação superior, com consequente redução dos investimentos para as IES. Atrelado a isso, a partir de 2019 enfrentamos uma pandemia que ameaçou a vida humana em uma velocidade jamais vista na era moderna.

Vivemos atualmente tempos de contingenciamento de recursos para a área social, assim como para a educação superior, com redução da responsabilidade do estado brasileiro sobre a garantia e a manutenção dos direitos sociais expressos na Carta Magna de 1988, o que, além de alimentar o discurso conservador da ineficiência e do alto custo para o estado brasileiro na manutenção das IES, também banaliza e tende a deslegitimar o papel da educação superior para a sociedade.

O desenho exposto revela que a análise sobre a formação deve abarcar elementos endógenos e exógenos para não se perder a perspectiva histórica. Por isso, propugnam-se medidas que resguardem a qualidade da educação superior pública e socialmente referenciada no sentido de direcionar o processo formativo como ação para a defesa da educação pública, crítica e de qualidade.

Como dito anteriormente, a reflexão sobre a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, foco desta análise, terá como dado empírico cinco Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos entre 2014 e 2015 centrando-se nos temas, objetivos, metodologias e resultados, como forma de revelar um conhecimento acerca da formação em Serviço Social a partir de uma realidade datada, com vistas à produção de um conhecimento fidedigno àquele tempo e lugar, o que requer destemor para expor seus argumentos, posicionamentos e fundamentos a serem submetidos à crítica pública. Enfim, parte-se do real, do concreto, lado a lado com o movimento de abstração, sob o prisma da totalidade, historicidade e contradição,



buscando superar o teorismo e a análise mecânica com visão formalista, e objetivando uma análise que dinamize a teoria, expondo-a de forma direta com o movimento da realidade (Carvalho, 1986).

Para tanto, não podemos esquecer de refletir acerca do significado social do trabalho do assistente social, seu caráter contraditório, com vistas a rejeitarmos posturas fatalistas ou messiânicas que enfraquecem o desenvolvimento crítico do fazer profissional, o que pode gerar a impossibilidade da construção refletida e crítica de estratégias de fortalecimento da classe trabalhadora e de atuação profissional (Cardoso, 2013).

Nesse sentido, o Serviço Social brasileiro se redimensionou nas últimas décadas, em especial no que diz respeito do enfrentamento ao tradicionalismo profissional e o conservadorismo, adequando-se de forma crítica, competente e ousada às exigências do seu tempo.

PARA AS PESSOAS QUE PASSARÃO: A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL CRÍTICA COMO UM ELEMENTO DE RESISTÊNCIA

(Re)descortinar a trajetória histórica da formação em Serviço Social brasileiro é andar nos ombros de gigantes. Desde Marilda Vilela Iamamoto, José Paulo Netto, Vicente Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, Yolanda Guerra, dentre outros, passando por autores que discutem e refletem sobre o serviço social no Amazonas, como Carlos Costa (in memoriam), Rita Montenegro (in memoriam), Simone Eneida Baçal, Márcia Perales e mais recentemente Roberta Andrade, muito se discorreu e refletiu acerca da profissão enquanto uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social (Iamamoto, 2014).

Não será pretensão deste artigo esgotar a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, para assim adentrar na particularidade do Serviço Social no Amazonas. O recorte aqui será acerca da formação em Serviço Social ofertada pelo curso de graduação em Serviço Social da Universidade Feral do Amazonas em Manaus. Para tanto, parte-se de uma advertência



radicalmente ontológica de que “[...] não basta que o pensamento tenda à realidade, é preciso que a realidade mesma tenda ao pensamento” (Marx, 1982, p. 392).

Estamos em tempos de crise estrutural⁷, de avanço do conservadorismo, de redução de investimentos na área social, de instabilidade social, política e econômica, durante e após um processo de expansão da educação superior adensado a partir dos anos 2000, que proveu a democratização do acesso de segmentos populares ao ensino superior, mas também trouxe no seu avesso o aligeiramento do ensino e a sua mercantilização, as quais promovem implicações significativas no trabalho docente, de cunho material e subjetivo, e, conseqüentemente, na formação em Serviço Social que se fragiliza, colocando-se em “risco” tanto um projeto de formação profissional construído de forma coletiva como a materialização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social na cena contemporânea.

Para Marilda Iamamoto (1992, p. 1), a formação deve estar “conciliada com os novos tempos, radicalmente compromissada com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais”. Uma formação que conforma, confronta e sustenta os sujeitos que a constitui. Uma formação imanente ao sujeito, que preencha todas as esferas do ser social.

A formação propugnada tem como marco as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). Contudo, até que fossem construídas essas diretrizes, o Serviço Social brasileiro caminhou muito. Sua trajetória histórica é rica e repleta de avanços e recuos, onde o espectro do conservadorismo é muito forte. Para que possamos refletir e tecer inferências acerca da formação que temos e da formação que queremos, é importante perquirir o corpo teórico-conceitual do Serviço Social e as propostas de formação profissional (Marsiglia, 2009) para, assim, tecer conclusões, sempre provisórias, acerca dos rebatimentos do processo de expansão do ensino superior como expressão da crise estrutural do capital em nossa sociedade.

⁷É importante ressaltar que para Mészáros (2015) existe uma diferença fundamental entre as tradicionais crises cíclicas/conjunturais, como as elencadas por Mandel (1990), que são pertencentes à normalidade do capitalismo, e a crise estrutural do sistema do capital como um todo, que define o atual período histórico. Na perspectiva da máxima fidelidade ao objeto de estudo, demarca-se em concordância com Mészáros (2015) que essa crise estrutural se inicia no final dos anos de 1960 e se agudiza no atual decurso histórico.



Para os leitores, explicita-se que a apreensão da trajetória histórica do Serviço Social brasileiro passa pelo entendimento que “a história do Serviço Social brasileiro e suas relações com a questão social é impensável sem as lutas sociais empreendidas historicamente pelas classes trabalhadoras” (Martinelli, 2011, p.23), uma vez que somos profissionais demandados a intervir na relação desigual, de antagonismos e de reciprocidade entre capital e trabalho, que se expressa nas múltiplas expressões da questão social e que, portanto, suscita a existência de um profissional que atue por meio de políticas sociais para o enfrentamento dessa questão.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento da profissão não está indissociado da formação social, política e econômica do Estado brasileiro. Portanto, o seu desenvolvimento histórico está vinculado ao desenvolvimento capitalista no Brasil, ao aprofundamento das desigualdades provenientes desse desenvolvimento desigual e descombinado, e às respostas do Estado, via políticas sociais, no sentido de manter o status quo.

Nos seus primórdios, o Serviço Social brasileiro, por meio das pioneiras e sob bases confessionais, atuavam de forma despolitizada sob o signo da caridade e da “justiça”, sem questionar o status quo. Na fase da secularização da profissão, sob bases técnicas que propugnavam respostas às demandas por meio de propostas integradoras e reformistas, se defendia como proposta interventiva “a ideia de educar o cidadão, grupo ou comunidade para integrá-los à promessa de desenvolvimento e progresso” (Silva, 2016, p. 123), a partir do momento em que a profissão ousa edificar uma nova face com a aproximação com o pensamento de Marx, o qual, mesmo que inicialmente por vias tortuosas, propiciou a partir da segunda metade da década de 1980, a emergência de um “Serviço Social renovado, politicamente engajado e teoricamente qualificado” (Silva, 2014, p. 231), possibilitando à profissão que caminhasse na construção e novas bases para a formação e atuação profissional.

Para fazer jus aos protagonistas desse processo, destacam-se os seguintes elementos:

1. A incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento pelo Serviço Social (...) lhe permitiu romper com o pensamento conservador predominante nas ciências sociais;
2. A articulação do Serviço Social com os movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas, o que lhe atribui um compromisso ético-político e profissional com as classes trabalhadoras, incrustado em nosso Código de Ética Profissional;



3. A superação do até então monopólio conservador que orientava a formação e o trabalho profissional, por meio do confronto crítico de ideias, valores, princípios e teorias;
4. A construção de uma organização teórico-político-profissional – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – comprometida com valores e lutas anticapitalistas (Paulo Netto, 2009, p.149 *apud* Boschetti, 2015, p. 642).

Esse processo de renovação da profissão demonstra o seu potencial em sintonia com os ventos democráticos presentes na sociedade brasileira, com o fim do regime de exceção, com a construção de um processo de Assembleia Constituinte (1987) que desaguou na promulgação da Constituição Federal de 1988, assim como com o surgimento de partidos políticos vinculados aos interesses das classes trabalhadores e a criação das centrais sindicais no bojo na emergência do novo sindicalismo, propiciando um terreno fecundo para a essa virada de mesa no Serviço Social brasileiro que passa a questionar preconceitos e pré-noções para afirmar valores humano-concretos e emancipatórios.

Edifica-se um processo de “intenção de ruptura” no Serviço Social brasileiro com o tradicionalismo presente na profissão. Paulo Netto afirma que a expressão intenção de ruptura é justificada

[...] sobretudo em função desta inadequação entre os indicativos deste projeto e as condições objetivas para sua realização pela massa da categoria, esta perspectiva vem conservando e aprofundando seus traços opositivos ao tradicionalismo, mas sem conseguir avançar efetivamente no rompimento com ele no terreno da prática profissional – donde a nossa sugestão de que a ruptura, neste domínio, permanece ainda como intenção. (2009, p.255)

Destaca-se que a “ruptura” propugnada inicialmente, ao fazer a interlocução com o pensamento social de Marx, ocorre por “vias tortas”, o que ocasionou inúmeros equívocos no decorrer do processo da renovação do Serviço Social no Brasil. Contudo, deve-se chamar a atenção para que, mesmo iniciado por vias tortuosas, o projeto de ruptura apresenta-se como:

[...] uma das projeções de deve ser na profissão no contexto da renovação do Serviço Social situada como projeto hegemônico entre os anos de 1979 a início na década de 1990, quando se consolidará no projeto ético-político. Sua teleologia aponta para a transformação social, com o reconhecimento da necessária vinculação do Serviço Social às classes trabalhadoras e movimentos sociais na construção de tal transformação. Suas dimensões política e ética pautam-se na perspectiva



emancipatória explicitada pela assunção do compromisso com a classe trabalhadora e a demarcação da historicidade dos processos sociais. (Cardoso, 2013, p.194).

Os momentos elencados anteriormente demarcam a conquista do final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, além da aprovação do novo Código de Ética Profissional de 1986, que é revisto após um processo de aprimoramento e que culmina com sua reformulação em 1993, colocando a profissão em sintonia com os valores emancipatórios, sintonizados com as lutas da classe trabalhadora (Lima, 2012). A unidade entre a dimensão ética e a dimensão política no Serviço Social brasileiro passa a dar corpo ao seu projeto profissional, o qual é que apreendido como um projeto de ruptura e passa a ser denominado como Projeto Ético-Político, a partir dos anos de 1993.

Convém lembrar que o “Congresso da Virada” acontece um processo de maturação profissional que se espraia nos eventos da categoria, além da democratização e politização das entidades representativas do Serviço Social. Ocorre um giro radical e crítico no Serviço Social brasileiro. As mudanças provocam a defesa de uma direção social crítica para a formação profissional que culmina na aprovação do currículo mínimo, e de uma “nova arquitetura curricular”, que visa formar profissionais dotados de forte poder de crítica para fazer uma leitura concreta da realidade social, com vistas a edificar estratégias a serem colocadas em movimento para o enfrentamento das demandas que se apresentam no cotidiano da atividade profissional, objetivando viabilizar direitos no marco da sociabilidade burguesa e para além dela.

Sobre o projeto ético-político do Serviço Social, argumenta-se que os projetos coletivos se encontram vinculados às mais variadas práticas e atividades presentes na sociedade. Em outros termos, “todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política” (Teixeira; Braz, 2009, p.4). Assim, aduz-se que o Serviço Social brasileiro edificou seu projeto profissional e político na ruptura com o conservadorismo tradicional.

Ratifica-se que o PEP do Serviço Social se constituiu em um projeto em constante devenir e que possui como compromissos: a liberdade como valor ético central, a autonomia, a expansão dos indivíduos sociais e a emancipação humana. Traduzindo, “o projeto profissional



vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (Paulo Netto, 2009, p. 15).

Trata-se de um projeto que apresenta a autoimagem da profissão, os valores que a legitimam perante a sociedade, além de priorizar seus objetivos, funções e ainda formular seus requisitos teóricos, institucionais e práticos que normatizam o exercício profissional. Atrelado a isso, prescrevem as normas de comportamento dos profissionais, bem como as balizas da relação do assistente social com os usuários, serviços e demais profissões e organizações e instituições presentes na nossa sociedade (Paulo Netto, 2009).

Porquanto, o Projeto Ético-Político Profissional (PEP) deve ser entendido no seu cerne, como um projeto que intenta a construção de uma nova sociabilidade, não capitalista, mas também deve ser mediatizado pela construção cotidiana e coletiva dos direitos no plano imediato. Assim, faz-se necessário o fortalecimento, ou melhor, a construção e reconstrução de estratégias coletivas de resistência na linha da defesa dos direitos, fortalecimento dos movimentos sociais e radicalização da democracia (Boschetti, 2009).

As premissas ora dispostas nos levam a inferir que os desafios são imensos para que se ofereça uma formação acadêmico-profissional em Serviço Social condizente como a propugnada no PEP. Ainda mais em tempos como os atuais, de avanço do projeto neoliberal, do conservadorismo, da redução e violação dos direitos humanos e sociais, agravada por um processo pandêmico – a pandemia da Covid-19 –, que afetou de forma significativa, ou melhor, revelou o desmonte das políticas públicas sociais em nosso País e ameaçou a vida humana de forma significativa.

Dessa feita, pode-se afirmar com base em Souza e Cunha (2020, p. 64) que

[...] a pandemia do COVID-19 foi “a gota d’água” que fez transbordar o pote de uma outra crise do sistema capital (crise estrutural, delineada desde final da década de 1960 e de 1970). A novidade é que ela desclipsa e evidencia aquilo que se tentava de todas as maneiras obliterar: as irremediáveis desigualdades sociais e de classe, raça, sexo, expondo o estado de barbárie social em processo acelerado de agudização que se vive desde a década de 1990 com a hegemonia global do capital fictício e flexível, com concentração e centralização da riqueza em pouquíssimas mãos e consequente generalização da precariedade, proletarização, pobreza e miséria para a imensa maioria da população mundial, com precarização da existência e condições de



trabalho da classe trabalhadora que-vive-da-venda-da-sua-força-de-trabalho como mercadoria. (2020. p. 64).

Os autores argumentam que a crise sanitária da pandemia global aprofundou o processo de desigualdades existentes em nossa sociedade, dando evidência à barbárie social inerente ao processo de acumulação e expansão do atual estágio do sistema do capital, uma vez que vivemos em tempos intensa flexibilização e financeirização do capital após quatro décadas de projeto neoliberal, tanto em forma de regime político quanto em forma de orientação econômica.

Diante do exposto, de uma formação acadêmico-profissional projetada com uma intencionalidade que definiu uma direção social estratégia que primava pela possibilidade de formar profissionais com capacidade de responder a essa dura realidade e aos desafios centrais do tempo presente, verificamos que, na verdade, e na contramão de uma formação emancipatória, o que se propugna é uma

[...] formação de massa de jovens recém-graduados em determinadas áreas onde tem sido mais viável a expansão, almejando uma ascensão social com base em uma carreira profissional promissora, mas com uma inserção precária nas relações de trabalho e na vida social (Pereira et al., 2015, p. 325).

Vivenciamos um momento adverso e assustador, regido a partir da onipotente lógica do mercado que teima em orientar, ou melhor, dirigir todas as esferas sociais, bem como o “novo” paradigma político, a educação superior e a formação humana: a transformação em coisa, a *extended order* de Hayek (Neves, 2001). Em tempos em que o saber adquiriu status de mercadoria-chave (Harvey, 2005), fomenta-se o sistema universitário a assumir o papel de produtor subalterno do conhecimento.

O infortúnio do tempo presente deve ser o fermento para a resistência. O foco deve ser a face positiva desse processo que possibilitou que a universidade recebesse os segmentos da população que não tinham acesso a esse nível de ensino. Há também uma questão central que deve ser discutida entre nós que estamos sendo produto e produtor do processo em curso:



como defender de forma radical a direção crítica do PEP do Serviço Social, diante do quadro de mercadorização da educação superior (Silva, 2010)?

Diante disso, faz-se uma análise crítica acerca do processo de expansão do ensino superior, o qual, de forma aligeirada e mercantil, precariza o processo de formação. Na esfera pública, local em que também ocorre a ampliação de vagas sob o mote da eficiência e do cumprimento de metas, observamos a descaracterização da proposta universitária que se fundamentava na produção de um conhecimento que se articula, se cruza e se complementa por meio do ensino, pesquisa e extensão universitária.

Claro que temos ciência de que a educação é um processo contraditório, mas também pode se constituir como ato emancipatório, espaço central da revolução (Antunes, 2015), e é isso que se deve perseguir para dotar as ações em uma ofensiva ao processo que brutaliza, desumaniza e reduz a humanidade à coisa.

No que se refere ao Serviço Social, o que se requer é uma formação acadêmico-profissional que possa dotar o discente a ter capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, além de propiciar as condições para que o mesmo possa analisar nas perspectivas da totalidade e do movimento histórico da sociedade, para que possa então fazer as mediações e, assim, compreender o significado social da profissão, visando dar respostas profissionais prático-conscientes às demandas que se apresentam no espaço de atuação profissional.

SONHAR DE OLHOS ABERTOS: A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFAM- POSSIBILIDADES E LIMITES

O pensador italiano, Antonio Gramsci (2002), a muito nos convidou para “sonhar de olhos abertos”. Para tanto, temos que nos exercitar entre o “otimismo da vontade” e o “pessimismo da razão”. E isso requer, um olhar, uma reflexão acurada acerca da realidade presente tal como ela se apresenta, sem ilusões ou amarras, com vistas a sua transformação. (Gramsci, 2002).



Os desafios do tempo presente para a formação em Serviço Social requerem vigilância, rigor e criticidade para dotar de crítica, de reflexão a ação a ser edificada para o enfrentamento das mutações na atualidade. Mutações que decorrem: a) da expansão acelerada de ofertas de vagas no ensino superior, incluindo os cursos de Serviço Social; b) prevalência de instituições de ensino privado não universitárias em detrimento das universidades; c) precarização das condições de trabalho docente; d) mudança no perfil socioeconômico dos estudantes (Iamamoto, 2014); tudo isso atualmente agudizado pelo contexto pandêmico.

Cabe informar que a sede da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) se encontra na capital do Estado do Amazonas, Manaus, a qual passou por diversos ciclos econômicos no seu decurso histórico, como a Cabanagem (1835-1840), o Ciclo da Borracha (1890 – 1920) e a Zona Franca de Manaus. Inúmeras são as contradições relativas ao processo de acumulação capitalista presentes na formação dessa cidade. Porém, pode-se afirmar que “um dos maiores atrativos de Manaus é a sua localização geográfica: uma grande cidade construída em plena Floresta Amazônica” (Andrade, 2008, p.82). Além disso, “como principal porta de entrada para Amazônia oferece uma diversidade turística, tanto na fauna, quanto na flora assim como a sua diversidade cultural” (Ibid., p.83).

A existência da UFAM tem a sua gênese nos anos de 1909. A universidade teve seu reconhecimento a partir da promulgação da Lei Federal de nº 4.069-A, assinada pelo presidente João Goulart, em 12 de junho de 1962, tornando-se a sucessora legítima da Escola Universitária Livre de Manaus. A Universidade do Amazonas teve seu Projeto de Lei, de autoria do então deputado federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, publicado no Diário Oficial da União em 27 de junho do corrente ano, mas só se instalou como Fundação de Direito Público mantida pela União, em 17 de janeiro de 1965 (PDI/UFAM, 2016-2025). Será a partir da promulgação da Lei Federal 10.468, de junho de 2002, que passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A Escola de Serviço Social em Manaus, a exemplo das demais escolas existentes em nosso país, foi criada para atender à necessidade de se preparar uma mão-de-obra qualificada, especializada para a atuação em entidades públicas e privadas. Rita de Cássia Montenegro



(2015, p. 11) argumenta em sua obra “A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus”, que o Serviço Social de Manaus foi um dos primeiros em nosso país e isso chamou a atenção da mesma pelo “fato de tão prematuramente (no ano de 1941), em um local distante dos grandes centros, ter surgido uma Escola de Serviço Social”. A autora ainda ressalta que a “fundação da Escola, sob o auspício do Juízo de Menores, por André Vidal de Araújo, pode ser considerada um marco histórico no Serviço Social do Amazonas” (Ibid., p. 12).

Com base em Montenegro (2015), explicita-se que a primeira etapa da criação da escola de Serviço Social em Manaus foi influenciada pelo ideário franco-belga e pela ação da Igreja Católica. E essa influência levou a autora a afirmar ao final da sua pesquisa que “as atividades de Serviço Social se voltavam mais para as consequências que para as causas dos problemas sociais” (Montenegro, 2015, p.128).

O curso de Serviço Social da UFAM Sede⁸ encontra-se inserido no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS, antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras). Fruto da Resolução nº 0051/2017 – CONSUNI, que aprovou o projeto de Reorganização Pedagógica e Administrativa (RPA) do antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), atual IFCHS. Com essa reorganização, foram criadas a Faculdade da Informação e da Comunicação (FIC), a Faculdade de Artes (FAARTS), e a Faculdade de Letras (FLET).

Podemos afirmar que o curso de graduação em Serviço Social na UFAM em Manaus segue as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, visto que seu currículo traz disciplinas que dão concretude aos Núcleos de Fundamentação e aos eixos fundantes do currículo de Serviço Social, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Segundo informações disponíveis no Relatório de Gestão da UFAM, o curso de Serviço Social de Manaus é constituído pelo seguinte corpo docente: 20 (vinte) docentes efetivos e 04 (quatro) docentes substitutos (PROGESP, 2016). Possui um programa de Pós-graduação, em nível de Mestrado, intitulado Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia- PPGSS e tinha 363

⁸ Atualmente também existe outro curso de Serviço Social no campus da UFAM em Parintins, AM.

(trezentos e sessenta e três) discentes matriculados no primeiro semestre de 2016, sendo 209 (duzentos e nove) no turno vespertino e 159 (cento e cinquenta e nove) no turno da noite (PROEG, 2016). O curso noturno é fruto da adesão da referida universidade ao Programa de Apoio os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, pacto formalizado entre governo, instituições de ensino e sociedade, com vistas à elevação dos níveis de acesso e permanência no ensino superior, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Em 2026, a UFAM fez 117 anos e o Serviço Social no Amazonas 85 anos.

Numa breve retrospectiva acerca do processo de formação, a partir da estruturação do currículo ofertado, o quadro a seguir apresenta-nos:

Quadro 1 - Cronologia dos currículos do curso de Serviço Social – UFAM

DATA		CONTEÚDO
01 de fevereiro de 1974	Resolução do CONSUNI nº 23	Fixa o currículo pleno do curso Serviço Social, com duração mínima de 03 (três) anos e máxima de (05) cinco anos com um total de 167 créditos. Há, nesse currículo, dois ciclos, Básico e Profissional ⁹ : a) Básico, contendo as disciplinas Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Teoria do Serviço Social e b) Profissional com as disciplinas Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, Política Social, Ética Profissional e o Estágio. Há também, nesse ciclo, as disciplinas complementares obrigatórias: Línguas Portuguesa e Estrangeira, Estudo de Problemas Brasileiros, Prática Desportiva I e II, Introdução à Filosofia e Metodologia do Estudo.
07 de dezembro de 1979	Resolução do CONSUNI nº 041	Fixa em 169 créditos o currículo pleno de Serviço Social, distribuídos em 2.730 horas-aula, com integralização em no mínimo 03 (três) anos e no máximo 05 (cinco) anos letivos. Como diferencial, são introduzidas as obrigatoriedades de cursar 31 créditos optativos e de cursar dois créditos em Educação Física, com 60 horas-aula e Estudo de Problemas brasileiros com 30 horas-aula.
23 de setembro de 1982	Resolução do CONSUNI nº 6	Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do curso de Serviço Social ¹²⁸ . Determina a obrigatoriedade do estágio supervisionado e fixa em 2.700 horas a integralização do curso, com duração mínima de três anos e máxima de sete anos
17 de julho de 1985	Resolução do CONSUNI nº 010	Fixa o Currículo Pleno de Serviço Social em 197 créditos distribuídos em 3.240 horas-aula ministradas em oito períodos letivos.
Janeiro de 2001	Resolução	Fixa o Currículo Pleno de Serviço Social em 196 créditos distribuídos em 3.165 horas-aula ministradas em nove períodos letivos, portanto um

⁹A confecção desse currículo encontra-se em sintonia com o movimento de revisão curricular de 1970, pois se em 1962 o currículo mínimo fixado em outubro, através do Parecer nº 286 do então Conselho Federal de Educação tinha fixado 12 (doze) matérias básicas para a formação dos assistentes sociais no Brasil, o currículo fixado a partir da revisão de 1970 reduziu para 10 (dez) matérias básicas para a formação profissional por meio de dois ciclos o básico e o profissional (Ortiz, 2013).



		período a mais do que a de 1985. Esse Projeto de Formação Profissional é o vigente, conforme Processo nº 001.0000126/2001-69 e Parecer CNE/CES 492/2001, emitido pelo colegiado do CES (Conselho Nacional de Educação) aprovada em 03/04/2001 e sua Renovação do Reconhecimento do Curso de Serviço Social em 2008
29 de janeiro de 2007	Resolução CONSUNI nº 021	Cria o curso de serviço social, turno diurno, com 50 (cinquenta) vagas.
A partir de 2009	Resolução -----	Criação do Curso de Serviço Social no turno Noturno, juntamente com outros cursos da UFAM, ampliando-se o acesso à Universidade Pública para as pessoas que não podem estudar no período diurno, concorrendo no Programa do REUNI. Com essa iniciativa, o curso de Serviço Social passa a funcionar nos turnos diurno e noturno.

Fonte: Adaptado do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da Ufam/Parintins, 2007.

O quadro demonstra as “mudanças” no curso de Serviço Social na universidade, destacando-se ainda que ocorreu em 2010 um movimento de revisão curricular que objetivou fazer uma Avaliação comparativa dos dois projetos de formação profissional: Currículo-2001 e Currículo REUNI. Contudo, esse processo foi permeado de avanços e recuos, e somente em 13 de dezembro de 2018, por meio da Resolução 106/2018 é que foi aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharel em Serviço Social (IH06/IH26, Vespertino e Noturno, Versão 2019/1), vinculado ao IFCHS, que começa a vigorar, de acordo com Art. 2º, para os alunos ingressos no curso a partir de 2019. Além disso, a Resolução 107/2018 regulamenta o referido projeto Pedagógico. Ambas as resoluções são do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), da UFAM.

Diante do exposto, é razoável afirmar que os processos que envolvem a revisão curricular sobre a formação acadêmica dos assistentes sociais vêm se realizando sistematicamente na UFAM. Mesmo tendo ocorrido um hiato significativo de 2001 até 2018, o curso é perpassado pela reflexão e amplo debate acerca das dimensões pedagógicas desta formação em âmbito teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. É salutar refletir que a formação acadêmico-profissional no Serviço Social é perpassada por reservas de forças e resistência política. Além disso, postula-se um projeto de formação de cariz qualitativo e comprometido, objetivando romper com uma formação “mecanizada e imediatista entre a



implantação e conseqüente postura crítica do assistente social” (Perales, 2015, p.44), e fortalecendo uma unidade entre teoria e prática no âmbito do Serviço Social brasileiro.

Aduzimos assim que as Diretrizes Gerais para os Curso de Serviço Social expressam o currículo dos cursos de Serviço Social aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996, da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), “revistas em 1999, e têm no currículo mínimo, aprovado pelo MEC em 1982, seu antecedente mais importante” (Iamamoto, 2014, p. 614).

O estabelecimento dessas diretrizes curriculares para a formação profissional pela ABEPSS, configuram-se como “resultado das relações entre uma determinada concepção de currículo e um projeto de formação, mediados pelas relações de poder que se estabelecem no processo de constituição das proposições, bem como na forma com que passam a ser incorporadas [...]” (Silva, 2008, p. 31).

A título de ilustração, o quadro abaixo desvela a construção das diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social. Sobre isso, Marilda Vilela Iamamoto (2014) nos ensina que essa construção foi perpassada por reservas e resistências, quais sejam:

Quadro 2- Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social.

A CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UM DEVER HISTÓRICO
1.O currículo mínimo expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao <i>Social Work</i> , em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade;
2.No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado. É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão;
3.Já a década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais (Abess, 1996; MEC-Sesu, Ceess, 1999);
4.As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social são fruto de amplo e diversificado debate acadêmico em oficinas locais, regionais e nacionais. Eles permitiram dar forma à proposta do “currículo mínimo” em 1996 (ABESS-Cedepss, 1996, 1997a, 1997b);
5.A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório e a definição de competências e habilidades técnico-operativas. Assim, o texto legal das diretrizes curriculares, homologadas em 4/7/2001 pelo Ministério



da Educação e do Desporto (MEC-Sesu, 1999) apresenta descaracterização com a proposta defendida pela ABEPSS para a formação profissional.

Fonte: lamamoto (2014).

Posto isso, podemos afirmar que o Serviço Social brasileiro buscou, a partir do processo de Reconceituação, edificar novas bases para a formação acadêmico-profissional. A partir do momento em que o coletivo profissional “encontra” o pensamento de Marx, mesmo que inicialmente tenha sido de uma forma enviesada, ou melhor, um marxismo sem Marx, de forte caráter pragmático e reproduzido em manuais populares e partidários” (Siqueira, 2007, p. 284), o Serviço Social brasileiro adentra de forma muito forte nas décadas de 1980 e 1990, conforme documentos produzidos pelo coletivo profissional, além de encontros e seminários da categoria.

Segundo Siqueira (2007, p. 286), é possível afirmar que além do

[...] legado deixado por essa tradição, originalmente denominado por Netto (1991) de “intenção de ruptura” (com todos os problemas e limitações enfrentadas), que a aproximação entre o Serviço Social, as produções marxianas e marxistas se deram ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX até os dias atuais. Esta interlocução – embora não seja a única no campo plural que marca o Serviço Social – vem sendo intensamente aprimorada e sistematizada em inúmeros livros, artigos, comunicações de congressos e encontros de pesquisadores, bem como tem surtido efeitos práticos extremamente significativos nas diretrizes curriculares nacionalmente aprovadas para os cursos de Serviço Social no Brasil (com impactos muito positivos na formação profissional), na revisão do Código de Ética do Assistente Social (1993) e na formulação de um projeto ético-político claramente comprometido com demandas oriundas da classe-que-vive-do trabalho (Antunes, 1999-2000).

Resumindo, as diretrizes curriculares expressam um projeto de formação profissional que defende uma formação densa, crítica e fundamentada numa análise rigorosa da realidade, que compreende o Serviço Social como produto e produtor da história. A partir de um amplo processo denominado de “Movimento de Reconceituação¹²⁹”, o Serviço Social brasileiro ousou com competência (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política) construir uma “identidade profissional”, rejeitando claramente uma “identidade atribuída”, que expressasse o Serviço Social como “uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e



técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais” (Iamamoto, 2014, p. 610).

Diante do exposto, é importante entender, a partir de cinco Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), como o processo de formação se expressa, com vistas a ratificar uma formação acadêmica-profissional com uma envergadura que faça com que esse profissional possa atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, sendo ainda dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente, crítica e propositiva, alicerçado em valores humanos-concretos.

FLOR DA RESISTÊNCIA: COMO SE APRESENTA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFAM?

A formação em Serviço Social propugna o que preconiza a ABEPSS, pauta-se nas Diretrizes Curriculares, na Lei de Regulamentação e no Código de Ética vigentes e com toda a legislação que atualiza e aprimora os documentos que norteiam o percurso acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro.

Entretanto, vivemos tempos de reversão conservadora, de negação, de desvalorização da educação superior. Tempos em que as universidades enfrentam imensos desafios, potencializados por um contexto pandêmico que promoveu impactos na materialidade e subjetividade tanto dos discentes quanto dos docentes. Além do que, quando se fala de formação temos que ter em mente que

[...] o trabalho do professor sofre, em síntese, um processo de reestruturação, no bojo do ideário neoliberal e das transformações das formas de organização do trabalho em geral. Essa reestruturação implica em polivalência, ou seja, desqualificação, desprofissionalização e intensificação do trabalho (tanto no sentido de ampliação das atividades, quanto no do aumento de alunos por sala de aula), em precarização/flexibilização do trabalho e das relações de emprego no magistério, em flexibilização dos processos educacionais (estruturas curriculares, avaliação). Significa também a incorporação (...) da responsabilização exclusivamente individual dos próprios trabalhadores pelo seu sucesso profissional e pelos resultados educacionais (Paparelli, 2010, p. 325).



Somos cientes de que a sociedade passa por revoluções profundas que revertem a noção de tempo e espaço; a velocidade do presente não pode justificar a pressa e o aligeiramento no processo educacional. A educação não pode ser uma mercadoria de consumo barato e rápido só porque vive-se uma aceleração nos processos, em que a robótica, a informática e a microeletrônica imperam e o que se busca é encurtar distâncias. A educação para a formação humana requer cuidado, tempo de maturação, reflexão, transformação do homem, desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades. Necessita-se de projetos coletivos, éticos e ousados, de sujeitos competentes e comprometidos com uma formação crítica e consequente para superar as adversidades em prol de um profissional com formação sólida, em prol de uma sociedade incluyente, mais justa e ética. E isso deve ser apreendido pelos sujeitos coletivos como a flor da Resistência.

Para tanto, defendemos que a formação garanta os seguintes princípios norteadores:

1. Rigoroso tratamento teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilitem a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
2. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; debate entre tendências teóricas presentes nas ciências humanas e sociais;
3. Integração entre as dimensões de formação e investigação, a interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
4. Ética como princípio transversal à formação e estreita articulação entre supervisão acadêmica profissional na atividade de estágio (Iamamoto, 2014, p. 619, grifo do autor).

Feitos tais esclarecimentos, as leituras dos TCC apresentam-nos a seguinte realidade, com base nas variáveis objetivo geral, procedimentos, métodos, abordagem e resultados encontrados, a saber:

Quadro 3- Relações de TCC's: Objetivos / procedimentos / métodos / abordagem / resultados – 2014/2015

TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PROCEDIMENTOS MÉTODOS	ABORDAGEM	RESULTADOS ENCONTRADOS
Programa Ronda no Bairro: uma estratégia para a	Analisar o Programa Ronda no Bairro, sua	Os dados e informações fundamentam-se	Os procedimentos metodológicos	O estudo trouxe o tema à reflexão, buscou elencar pontos que permitem



política de segurança pública no Amazonas	relação com a Política de Segurança Pública no Estado do Amazonas suas possibilidades e limites no enfrentamento à violência no Bairro Santa Etelvina em Manaus-AM.	em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com finalidade de analisar o referido programa e sua relação com a Política de Segurança Pública no Estado do Amazonas. Pesquisa quantiquantitativa	pautados no aporte teórico da perspectiva crítica marxiana e investigada.	uma aproximação do “Programa Ronda no Bairro” com a filosofia do policiamento comunitário, prática que deve ser aprimorada e defendida como alternativa para melhorar as ações de enfrentamento à violência, além de envolver a população na busca por soluções para as questões de segurança pública por meio de uma ação articulada, de conjunto que deve contar com o auxílios de outros Órgãos e Instituições e qualificar cada vez mais as ações desenvolvidas no nível da prevenção.
O Serviço Social na empresa: limites e possibilidades do trabalho profissional na atualidade.	Analisar a atuação do Serviço Social na área empresarial, seus limites e possibilidades na atualidade.	Utilizou-se a pesquisa quantiquantitativa, além do levantamento documental e revisão bibliográfica para o enriquecimento dos dados analisados.	Pautou-se na perspectiva Marxista, pois constitui uma exigência para o aprofundament o da perspectiva crítica e emancipatória do projeto profissional do Serviço Social.	Ressaltou-se a importância da capacitação profissional que propõe alternativas mais eficazes na mediação entre as demandas colocadas a esse profissional no âmbito da empresa privada, assim como a valorização deste profissional como um sujeito viabilizador de direitos no âmbito empresarial, além do que o êxito da atuação do profissional de Serviço Social na empresa depende da busca por capacitação/aprimoramento diversificada na área empresarial.
A Atuação do Serviço Social junto a autores de violência contra a mulher: um estudo no	Analisar o trabalho do Serviço Social junto aos autores de violência contra a Mulher e	A pesquisa foi quantiquantitativa. O tipo de pesquisa utilizado foi: pesquisa de campo, pesquisa	A pesquisa pautou-se na perspectiva marxiana	O problema central da pesquisa foi entender como a atuação do Serviço Social pode auxiliar na promoção dos direitos das mulheres que

Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor SARE/SEJUS	sua contribuição na defesa dos direitos da mulher na atualidade.	documental e pesquisa bibliográfica.		sofrem violência doméstica no SARE. A resposta é que atuação desse profissional deve restabelecer o equilíbrio das relações familiares e coibir as causas que levam o homem a agredir suas companheiras. Além disso, a ação do Serviço Social visa contribuir para o processo de reintegração do agressor à sociedade e à família. Para tanto, deve qualificar e aprimorar as ações desenvolvidas no cotidiano das atividades profissionais.
Privados de liberdade: um debate sobre os adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida de internação na cidade de Manaus.	Descrever acerca do cumprimento da medida socioeducativa de internação para os adolescentes em conflito com a Lei na cidade de Manaus.	A pesquisa foi quantitativa. Contemplou a revisão bibliográfica e o levantamento documental para assim elaborar seus instrumentais da pesquisa de campo.	A abordagem partiu da premissa que entre o método quantitativo e qualitativo “há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”.	O principal resultado foi perceber que, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente seja um grande salto na história dos direitos da criança e do adolescente, muita coisa ainda precisa ser feita, visto que os profissionais que estão inseridos dentro dos Centros Socioeducativos possuem fragilidades que devem ser trabalhadas por meio de formação permanente para lidar com adolescentes autores de atos infracionais na Proteção Integral às crianças e adolescentes na atualidade.
Mediação e Serviço Social: um estudo junto às famílias que buscam a conciliação de conflitos familiares na atualidade.	Analisar as mediações feitas pelo profissional de Serviço Social no atendimento junto às famílias no Núcleo de Conciliação das Varas de Família	Pesquisa quantitativa. Utilizou-se: pesquisa de campo; levantamento documental e uma acurada revisão bibliográfica.	A investigação abarcou procedimentos diferenciados, quais sejam: revisão bibliográfica acerca do tema investigado,	A atuação profissional do assistente social possui intencionalidade e requer mediações. No cenário sociojurídico, esse profissional não pode e nem deve se limitar ao subsídio de informações que visam apelar as



	do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.		assim foi escolhida Obras que fomentassem a leitura crítica da realidade a ser pesquisada, visando a edificação do referencial teórico-metodológico crítico.	definições finais de guarda de filhos, redimensionando seu papel como facilitador e mediador nas relações entre os usuários, famílias e a instituição. Compete, portanto, aos profissionais por meio do seu trabalho contribuir para a efetivação dos direitos, das políticas públicas, além de ampliar os espaços e canais para a inserção e participação da população, com vistas à construção de mecanismos de democratização e acesso. Trata-se de trabalho que possui objetivação, que se coloca, se realiza no seio das tramas e tessituras sociais, enfim, de uma atuação que possui uma direção social estratégica que explicita os conteúdos presentes no Projeto Ético-Político do Serviço Social
--	---	--	--	---

Fonte: elaboração com base nas orientações realizadas em 2014/2015.

A análise realizada nos TCC expressos no quadro acima permite algumas inferências: 1. Todos explicitam acerca da expressão da questão social que emerge no contexto do estágio supervisionado em Serviço Social; 2. Relacionam ainda que não seja de forma contundente, questão social, Serviço Social, política social; 3. De forma majoritária visam discutir sobre a atuação em Serviço Social, seus limites e possibilidades, 4. Majoritariamente os objetivos buscaram analisar; 5. Majoritariamente buscou articular, por meio de aproximações sucessivas, teoria e prática. Importa ressaltar que se trata de uma primeira pesquisa realizada pelos discentes e pode-se perceber o esforço em buscar por fazer inferências críticas com base na coleta de dados primários e secundários na perspectiva da máxima fidelidade dos sujeitos que investiga para com seu objeto de análise.



Além disso, os trabalhos de conclusão de curso também evidenciam a compreensão do assistente social como trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, enfrentando limites institucionais, precarizações e desafios cotidianos. Entretanto, ao mesmo tempo, apontam possibilidades de intervenção profissional comprometidas com processos emancipatórios, formação permanente e fortalecimento da dimensão investigativa da profissão.

Nota-se que os estudos em relevo, reafirmam princípios presentes no Projeto Ético-Político do Serviço Social, tais como a defesa intransigente dos direitos humanos, o compromisso com a cidadania, a democratização do acesso às políticas públicas e a valorização dos sujeitos sociais.

Percebe-se um esforço de demonstrar a atuação profissional não de forma burocrática ou meramente operacional, mas como uma prática interventiva mediada por intencionalidade crítica, competências técnico-operativas e posicionamento ético-político. Diante disso, os TCC expostos tendem a demonstrar o compromisso com uma formação que articula teoria, método e realidade concreta, aspecto fundamental do projeto profissional do Serviço Social.

Em todas as pesquisas, percebe-se a valorização da investigação social como instrumento de compreensão crítica das demandas institucionais e das condições de vida dos sujeitos atendidos. A predominância de pesquisas quantiquantitativa, associadas ao levantamento documental, revisão bibliográfica e pesquisa de campo, tende a revelar a preocupação em apreender os fenômenos em sua totalidade social, considerando as múltiplas determinações que atravessam as políticas públicas e os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

Verifica-se que as pesquisas realizadas se voltam para temas vinculados à segurança pública, violência contra a mulher, sistema socioeducativo, mediação familiar e atuação profissional na empresa, demonstrando a inserção do Serviço Social em espaços marcados por contradições sociais e disputas de direitos. Nesse sentido, os resultados encontrados reforçam a defesa da ampliação de direitos, da participação social, da qualificação das políticas públicas e do fortalecimento das ações de caráter preventivo e socioeducativo.

Tal apreensão nos permite identificar que os mesmos possuem uma forte aproximação com o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro construído a partir da renovação crítica da profissão, especialmente consolidado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e pelo Projeto Ético-Político profissional.

Por fim, o recorte realizado não permite generalizações, contudo apresenta-se como uma possibilidade a ser mantida e perseguida. O que se constitui em um bom começo...



O DEVER SER É ALGO CONCRETO...

Marx e Engels (2007, p. 534) afirmam que “toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução na prática humana e na compreensão dessa prática”. A assertiva dos autores leva-nos a inferir que a educação deve ser concebida como uma atividade humana eminentemente prática.

Inúmeros são os desafios do tempo presente para a formação em Serviço Social requerem vigilância, rigor e criticidade para dotar de crítica, de reflexão a ação a ser edificada para o enfrentamento das mutações na atualidade.

Diante disso, somos cientes que é vital o enfrentamento dessas mutações contemporâneas que incidem diretamente sobre a formação profissional, sob a égide da expansão mercantilizada do ensino superior, assim como pela precarização das condições de trabalho docente e pelos rebatimentos das contrarreformas do Estado nas políticas educacionais impactam de forma direta no processo formativo em Serviço Social (Boschetti, 2017).

Além disso, é vital romper e enfrentar os traços conservadores presentes na formação em Serviço Social, quais sejam: a) metodologismo; b) teorismo acrítico; c) aligeiramento; d) pragmatismo; e) voluntarismo; f) O contentamento do possibilismo (Boschetti, 2017, p. 647-649).

Por fim, a formação que pleiteamos e defendemos deve permitir liberdade para criar, inovar, indagar, passar a realidade social sobre o crivo da crítica tendo por base que “[o capital só] pode [...] ser entendido como movimento e não como coisa em repouso” (Marx, 1982, p. 78), para assim buscar materializar uma formação em Serviço Social crítica e de qualidade. Para tanto, caminha-se com algumas certezas, mas com muitas incertezas e aberturas para novas questões que possibilitem a defesa do Projeto Ético-Político Profissional, pois se entende que o “crescimento acelerado da profissão não pode fagocitar esse precioso patrimônio construído coletivamente, que é o Projeto Ético-Político Profissional” (Boschetti, 2015, p. 650).

E isso é uma tarefa de todos, pois a defesa de uma formação densa e rigorosa se dá a partir da construção de um processo de lutas e resistências que deve ser construída de forma coletiva, por meio do envolvimento de assistentes sociais, do movimento estudantil, de



movimentos sociais, de organizações profissionais da categoria, de organizações de entidades representativas do Serviço Social e unidades formadoras, uma vez que “almeja-se capacitar o aluno a tratar as pequenas questões da prática cotidiana como grandes desafios intelectuais e operativos” (Iamamoto, 1992, p. 48).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**: Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996

ANDRADE, Johanny Araújo **O turismo científico na Amazônia**: um estudo das oportunidades, necessidades e potencialidades para a cidade de Manaus. Manaus: UFAM, 2008.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de et al. A tessitura do Serviço Social no Amazonas: história, historiografia da profissão. In: Pinheiro, Hamida Assunção, et al. **Serviço Social e os desafios do tempo presente: historiografia e trabalho profissional**. Manaus: Edua: São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 79, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637 – 651, 2015.

BRASIL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretoria de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior. **Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: Reuni 2008: relatório de primeiro ano. Brasília, 2009.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CARVALHO, A. M. P. *et al.* Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, a. 5, n. 14, abr. 1984.



GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (org.) **Serviço Social e Educação**: Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. Campinas: Unicamp/Ensaio, 1990.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 107, p. 497-508, 2011.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações Básicas para a Pesquisa. *In*: MOTA, Ana Elizabete et. al. (org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, MS, 2009.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (v. 1-3).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

PAULO NETTO, José. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

PAPARELLI, Renata. **Desgaste mental do professor da rede pública de ensino**: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar. 2009. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)- Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2010.



PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Universidade Federal do Amazonas. **Relatório de Gestão**. Manaus, UFAM, 2016.

SIQUEIRA, José Fernando da Silva. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007.

SOUZA, de Iael; CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira. Crise Estrutural do Capital, Pandemia da Sars-Cov-2 (covid-19) e Tendência de Aprofundamento da Barbárie, “se tivermos sorte!”. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, n.14, dez. 2020.

